

Caso do Alvorada chega à Justiça

Os pais de alunos do Colégio Alvorada vão entrar amanhã na Justiça contra a escola que desrespeitou decisão da 4ª Vara de Fazenda. Segundo a liminar concedida à Associação de Pais de Alunos do DF, o reajuste de junho, fixado após ter sido comparado com a prestação de dezembro de 87, não pode ser superior a 255 por cento. Mas o colégio, apesar de tomar por base o mesmo parâmetro — que segue as normas da cartilha distribuída pelo MEC — resolveu determinar o aumento em 500 por cento.

Para Paulo César Barbosa, membro da comissão de pais, que durante um mês tentou negociar com a escola, o índice vai representar Cz\$ 30 mil a menos em seu orçamento. Ele tem duas filhas matriculadas no primeiro grau e a prestação de cada uma chega a Cz\$ 15 mil. “Valor bem acima da média do mercado”, ressalta. Ele acrescentou que 85 por cento dos pais assinaram na assembléia de terça-feira manifesto contra o aumento abusivo.

Paulo César garante também que, até amanhã, uma banca com representantes da comis-

são estará de plantão na porta do prédio colhendo procurações de pais a serem encaminhadas conjuntamente à Justiça. Até ontem, a comissão já havia conseguido mais de 100 adesões, informou. Disse também que o processo será encaminhado por um advogado, que é pai de aluno, e as custas judiciais ficarão por conta dos pais. Cada um colaborará com Cz\$ 2 mil.

BOICOTE

Enquanto isso, os pais se negam a pagar a mensalidade, que venceu em 3 de junho e foi prorrogada para o dia 17, segundo disse Paulo César, esclarecendo que a atitude das pessoas não significa um “boicote”. Estamos apenas reclamando os nossos direitos suspendendo o pagamento de junho”, explicou o líder dos pais.

Ele conta que o movimento ganhou muitos os adeptos, pois a grande maioria é formada por funcionários públicos que, de dezembro até hoje, tiveram reajuste em seus salários de apenas 125 por cento, considerando o congelamento da URP. Afirma ainda que se nada for

definido, o boicote prosseguirá.

“Vamos entrar na Justiça para que o Conselho de Educação do Distrito Federal determine ao Alvorada quanto o colégio deve cobrar. Caso nem isso seja respeitado, depositaremos em juízo o valor da mensalidade com base no reajuste de 255 por cento”, ameaçou acrescentando que a revolta dos pais não se limita ao abuso nos reajustes.

Segundo ele, a qualidade de ensino deixa a desejar. “A mantenedora visa mais ao lucro do que o ensino”, denuncia. Paulo César conta ainda que apesar de vários coordenadores didáticos serem competentes, não conseguem trabalhar por falta de apoio e material.

O pai diz que todas essas questões foram tratadas nas diversas assembléias semanais realizadas no colégio. E unânime a opinião de que há uma distância muito grande entre a realidade do mercado, o valor cobrado na escola e a qualidade de ensino, garante. “Eles só são competentes quando mobilizam cinco pessoas, num verdadeiro aparato de repressão, que se encarregam da disciplina”, lamenta.